

A qualidade dos resultados, o género e as
qualificações do auditor

Ana Rita Coelho Ferreira Baratizo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre
em Contabilidade

Orientador:

Professor Doutor Cláudio António Figueiredo Pais, Professor Auxiliar, ISCTE
Business School, Departamento de Contabilidade.

outubro 2017

Agradecimentos

A elaboração desta dissertação foi um processo algo complicado, na medida em que, foram muitas horas de pesquisa, muitos problemas foram surgindo à medida que ia avançando e só foi possível ultrapassar todas as dificuldades porque tive sempre pessoas ao meu lado que me auxiliaram nos momentos mais difíceis e, por isso, gostaria de lhes agradecer.

Primeiramente, queria agradecer ao Professor Doutor Cláudio Pais por toda a ajuda que me deu e por toda a paciência que teve quando lhe mandava e-mails completamente em pânico porque não conseguia resolver certas questões que iam surgindo durante o processo de realização da dissertação. Para além disso, sempre me deu palavras de incentivo quando ficava um pouco mais desanimada, sendo que foi um elemento muito importante neste processo.

À minha mãe pela paciência incrível que teve comigo quando estava de mau humor e cansada, pelo que conseguia sempre animar-me e dizer-me as palavras certas que me davam força e ânimo. Ao meu irmão, que no momento estava também a realizar a sua dissertação, pelas vezes em que nos lamentávamos juntos e ríamos dos problemas e dificuldades com que nos íamos deparando, via sempre o lado positivo, o que me ajudava imenso.

E finalmente, aos meus amigos que me apoiaram e me diziam que ia conseguir alcançar este objetivo.

Resumo

Este estudo analisa o impacto das características dos auditores na qualidade dos resultados das empresas sujeitas a uma auditoria externa. Foi utilizada uma amostra com as maiores empresas europeias cotadas, entre 2010 e 2015. As características em estudo são, nomeadamente, o género, o grau académico e a comparação destas duas características com a possível influência da litigância de cada país em que os auditores prestam esse serviço.

Os resultados permitem concluir que o género não é um fator relevante para diferenciar a qualidade conferida pelos auditores às demonstrações financeiras. Esta conclusão não corrobora a maioria dos estudos que afirmam que as mulheres conferem uma maior qualidade à auditoria e aos resultados.

No que diz respeito ao grau académico, foi concluído que a formação académica base dos auditores tem influência na qualidade conferida na auditoria e nos resultados. Pelo que os auditores que têm mestrado ou doutoramento estão associados a empresas que praticam uma menor gestão de resultados do que os auditores que têm apenas a licenciatura.

A parte do estudo referente ao efeito incremental do género na gestão dos resultados permite concluir que esta característica do auditor não influencia a gestão dos resultados quando o trabalho é realizado em países cuja proteção do investidor é elevada.

E, por fim, quanto ao efeito incremental do grau académico dos auditores no comportamento dos acréscimos discricionários foi encontrada evidência que nos países que protegem mais os investidores o grau académico dos auditores tem mais influência no que diz respeito aos acréscimos discricionários.

Abstract

This study examines the impact of auditor's characteristics on results' quality of the companies whose accounts are subject of external audit. I used a sample of the largest European listed companies from 2010 to 2015.

The characteristics examined in this study are the auditor's gender and auditor's education level. It is examined the relationship between these two characteristics with the results' quality and the countries' legal system.

The results show that the gender is not an important factor when we are studying audit quality and earnings quality. These results do not confirm prior studies because these studies concluded that when financial statements are audit by female auditors they have more quality.

The results confirm that the education level has influence in the audit quality and in the results' quality. Therefore, it is possible to conclude that auditors who have master degree or a PhD are associate to a better earnings quality than those who have not.

It is possible to reach a conclusion related to the incremental effect of gender in earnings management and this conclusion indicates that the gender is not a factor that it might influence earnings management when auditors are working in countries with strong investor protection.

Finally, the study about the incremental effect of the auditor's education level on the behavior of discretionary accruals allows concluding that when auditors are working on countries that have strong investor protection the education level has more influence on earnings management.

JEL classification: G32, M42

Keywords: Gender, Education, Countries' legal system, Results' quality.

Índice

Agradecimentos.....	I
Resumo.....	II
Abstract.....	III
Índice Geral.....	IV
Índice de Tabelas.....	V
Abreviaturas.....	VI
1. Introdução.....	1
2. Revisão de Literatura.....	5
3. Metodologia.....	14
3.1 Amostra.....	15
3.2 Qualidade dos resultados.....	16
3.3 Desenho da investigação.....	17
4. Resultados.....	22
5. Conclusões.....	30
6. Bibliografia.....	33

Índice de Tabelas

Tabela 1.....	16
Tabela 2.....	23
Tabela 3.....	24
Tabela 4.....	26
Tabela 5.....	27
Tabela 6.....	29

Abreviaturas

IASB - *International Accounting Standards Board*

RU – Reino Unido

SIC - *Standard Industrial Classification*

IAASB - *International Auditing and Assurance Standards Board*

1. Introdução

O objetivo do estudo é verificar a relação entre as características do auditor e a qualidade dos resultados das empresas europeias cotadas para o período de 2012 a 2015. Os objetivos específicos são o estudo da influência do género do auditor responsável e das suas habilitações académicas na qualidade dos resultados, e se essa influência é afetada quanto à maior ou menor proteção do investidor.

É importante estudar a qualidade dos resultados, na medida em que, estes servem de base para muitas decisões tanto ao nível externo como interno, sendo que internamente serve de base para avaliar o desempenho passado da empresa, para a formulação de planos e estratégias para períodos futuros (Beidleman, 1973).

Os resultados das empresas são alvo de gestão por parte da administração, na medida em que, a gestão de resultados está relacionada com o facto de os administradores procederem a certas práticas para alterar os relatórios financeiros das empresas, deturpando a informação sobre o desempenho da empresa (Healy & Wahlen, 1999).

Verifica-se que os auditores, em alguns casos em que a administração utiliza determinadas técnicas para reduzir o resultado, não procedem à indicação de ajustes por não considerarem essas distorções materialmente relevantes (Nelson, Elliott & Tarpley, 2001), o que não acontece quando a gestão de resultados é no sentido aumentar os mesmos, o que faz com que os auditores indiquem mais rapidamente este tipo de ajuste.

Existem várias formas de aumentar a qualidade dos resultados e consequentemente reduzir o nível de gestão dos mesmos como, por exemplo, promover o aumento da precisão do sistema de contabilidade, bem como aumentar a informação relativa aos fluxos de caixa futuros (Ewert & Wagenhofer, 2007). Krishnan e Parsons (2008) definem que a qualidade dos resultados está relacionada com o facto das demonstrações financeiras refletirem a realidade económica da empresa em pleno e existem vários fatores que têm influência, nomeadamente, a auditoria.

É importante lembrar que a auditoria é um processo fulcral para promover a integridade das demonstrações financeiras e, consequentemente, a qualidade dos resultados (Cohen *et al.*, 2004; Ittonen *et al.*, 2013; Huguet & Gandia, 2016). Os investidores, bem como outros utilizadores da informação financeira, confiam na auditoria para tentar diminuir a

tendência da gestão dos resultados praticada pelos gestores com o objetivo de aumentar a qualidade dos resultados (Krishnan & Parsons, 2008).

O papel da auditoria revela-se tão importante que, caso as demonstrações não sejam auditadas, os utilizadores das mesmas não têm tanta confiança na informação nelas implícita e, caso as demonstrações financeiras sejam auditadas e ocorram falhas, os auditores podem estar sujeitos a processos judiciais e, conseqüentemente, a custos referentes à litigância (Braun, 2001).

O papel do auditor é o de detetar erros e procurar corrigi-los junto da gestão sendo que a auditoria e, conseqüentemente, o auditor tem impacto até mesmo nos mercados de capitais, na medida em que, transmite que a informação contida nas contas tem um certo nível de fiabilidade, sendo que também reduz o custo de transmissão de informação entre os *shareholders* e a gestão (Kinney & Martin, 1994). Cada vez mais se torna interessante estudar o papel do auditor, na medida em que, a responsabilidade do mesmo tem vindo a aumentar no que diz respeito à divulgação da informação para todos os utilizadores das demonstrações financeiras (Kothari *et al.*, 1988).

Christensen *et al.* (2014) concluem que as características do auditor são dos determinantes mais importantes na avaliação da qualidade da auditoria. Quando existe acesso à informação pessoal dos auditores, nomeadamente, a sua formação académica, bem como a sua experiência no mundo do trabalho, torna-se um ponto de partida para determinar a qualidade da auditoria daquela empresa (Christensen *et al.*, 2014; Ye *et al.*, 2014). O grau académico indica o conhecimento e a perícia do auditor, sendo que este fator providencia um conjunto de informações que permite a quem as analisa entender em que medida o grau académico afeta o papel do auditor no desempenho da sua função (Monroe & Woodliff, 1993; Che *et al.*, 2017).

Li e Shi (2012) evidenciam que um dos fatores mais importantes para avaliar o impacto da auditoria na qualidade das demonstrações financeiras é, precisamente, a análise da competência dos auditores e esta está implícita nas diferentes características de cada auditor.

O foco deste estudo prende-se com os auditores responsáveis, na medida em que, no decorrer da auditoria os responsáveis pela mesma detêm um nível de independência muito maior do que os restantes auditores, tendo, portanto, um maior peso nas decisões tomadas

em auditoria (Knechel *et al.*,2013) e, por isso mesmo, uma maior influência junto dos gestores na hora de aconselhar a fazer algumas alterações nas demonstrações financeiras.

Existem vários estudos cujo objeto é o género do auditor responsável, relacionando esta característica com a qualidade da auditoria (Breesch & Branson,2009;Ittonen *et al.*,2013; Hardies *et al.*,2016), tornando-se importante analisar outras características do auditor para determinar a relevância do papel do mesmo na qualidade da auditoria e, conseqüentemente, dos resultados.

É possível afirmar que são poucos os estudos que incidem nas habilitações literárias do auditor responsável, na medida em que, a maioria se foca na *expertise* do auditor (Bonner & Lewis,1990), e não na relação entre o grau académico do auditor e o seu impacto no trabalho que este desenvolve e, conseqüentemente, na qualidade dos resultados.

Com a crescente necessidade das empresas necessitarem dos serviços de auditoria verifica-se também um aumento da necessidade de assegurar a qualidade dos mesmos em cada país onde os serviços são prestados (Kleinman *et al.*,2013), tornando-se então importante relacionar as características do auditor com a qualidade dos resultados em diferentes países. A escolha de grandes empresas de países europeus está relacionada com a classificação de La Porta *et al.* (1998), na medida em que, segundo este autor os países de origem inglesa possuem uma proteção mais forte no que diz respeito aos seus investidores enquanto que os países de origem francesa são os que menos protegem os seus investidores. A escolha de empresas cotadas prende-se com o facto destas empresas terem a posse e a gestão separadas, o que torna a auditoria externa muito mais importante no que diz respeito à *corporate governance* e à supervisão dessas empresas (Francis, 2004).

Este estudo revela-se importante, na medida em que, ainda não foi feita a verificação da relação das componentes (género e grau académico) segundo a classificação dos países de La Porta *et al.* (1998), elemento que irá estar em análise neste estudo e, para além disso, o impacto destas características em conjunto na qualidade dos resultados das maiores empresas europeias auditadas.

Em suma, o presente estudo contribui para a literatura com a relação nunca antes estudada entre a qualidade dos resultados e a qualidade da auditoria, conseqüentemente, relacionada com o auditor e suas características bem como na verificação dos pressupostos desta relação consoante o tipo de país.

O presente estudo está organizado após esta introdução da forma que se apresenta. No segundo capítulo está presente a revisão da literatura sobre cada uma das características do auditor, da sua relação com a qualidade dos resultados e da influência que o sistema legal do país tem nessas características e definindo as hipóteses, justificando-as. No terceiro capítulo é apresentada a metodologia utilizada neste estudo, a definição da amostra, a explicação da *proxy* utilizada (acréscimos discricionários), o desenho de investigação. No quarto capítulo apresentam-se os resultados. No quinto capítulo são apresentadas as conclusões, as limitações do estudo e a proposta para estudos futuros.

2.Revisão de literatura

Nas demonstrações financeiras estão implícitos os julgamentos efetuados pelos gestores, sendo que estes são aconselhados pelos auditores externos (Chung *et al.*, 2003; Lawrence & Shaub, 1997). A qualidade dos resultados e a qualidade da auditoria são dois conceitos intrinsecamente relacionados, tendo uma relação de reciprocidade (Gaynor *et al.*, 2016). É de referir que segundo o *International Accounting Standards Board* (IASB), o objetivo das demonstrações financeiras será o de providenciar a informação essencial para os seus *stakeholders*. Cao *et al.* (2012) concluem que as empresas com uma maior reputação sentir-se-ão motivadas para elaborar demonstrações financeiras com maior qualidade sob pena de perderem essa mesma reputação.

Quando falamos em qualidade de resultados o conceito de “gestão de resultados” é fulcral. A gestão de resultados ocorre quando os membros da gestão alteram os valores nas demonstrações financeiras da forma que lhes for mais favorável para ludibriar os *stakeholders* (Healy & Wahlen, 1999).

Segundo Jiraporn *et al.*(2007) a gestão de resultados pode ter uma vertente benéfica para a empresa, isto porque a gestão de resultados é vista como benéfica para os gestores e não para a empresa. Este raciocínio prende-se com o facto de haver uma relação positiva entre a gestão de resultados e o valor da empresa, ou seja, quanto maior a gestão de resultados maior será o impacto positivo no valor da empresa, o que não é prejudicial para os *stakeholders*.

Para Dechow *et al.*(2010) a qualidade dos resultados tem algumas condicionantes, nomeadamente, o facto de estar dependente da relevância da informação para a tomada de decisão. Bem como a forma como os resultados informam o utilizador das demonstrações financeiras sobre o desempenho da empresa, sendo que esta informação pode ser avaliada tendo em conta uma decisão que necessite de tal informação. Existem alguns estudos que encontram evidência que a qualidade dos resultados está relacionada com a precisão com que os resultados explicam as transações e o desempenho da empresa (McNichols,2002).

Quanto maior a qualidade da auditoria, maior a fiabilidade das demonstrações financeiras, o que nos remete para uma dependência da qualidade da informação contabilística consoante a atuação dos auditores e de todo o processo subjacente a uma auditoria (DeFond & Zhang, 2014). Como a auditoria tem o poder de restringir a gestão de resultados revela-se

necessário o conhecimento de algumas das características do próprio auditor, visto que a qualidade da auditoria pode também variar com as características dos auditores externos (Becker *et al.*, 2007; Francis, 2004), como por exemplo, a sua *expertise*, a sua capacidade de resolver as situações, a sua relação com o risco, a sua experiência e a sua independência (Hardies *et al.*, 2010). Por outro lado, Gul *et al.* (2013) concluem que o impacto das características do auditor no processo de auditoria e na qualidade da mesma é restringido pelos mecanismos de controlo das firmas de auditoria, nomeadamente, os seus códigos de conduta .

É importante referir que segundo DeFond e Zhang (2014) e Gaynor *et al.* (2016) existem várias perspetivas de definição de qualidade da auditoria, nomeadamente, a das empresas de auditoria que defendem que a qualidade de auditoria se prende com as provas inequívocas dos factos ou a dos utilizadores das demonstrações financeiras cuja definição de qualidade da auditoria está relacionada com o facto dos relatórios de auditoria fornecerem a informação correta (se têm toda a informação que supostamente deverá constar nos mesmos) e a do *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) que vê como objetivo final da auditoria a reunião de evidência. Existem várias formas de medir a qualidade da auditoria, nomeadamente, a dimensão das firmas de auditoria, na medida em que, a dimensão da empresa tem influência no incentivo dos auditores, como tal quanto maior a empresa de auditoria mais qualidade tem o trabalho desempenhado (DeAngelo, 1981). Outra das formas que a mesma autora encontrou para medir a qualidade da auditoria relaciona os honorários e a independência do auditor, na medida em que, quanto mais altos os honorários recebidos pelo auditor menor será a independência do auditor. A existência de comitê de auditoria, o efeito dos sistemas legais nos incentivos do auditor e a posse em auditoria, também são elementos que permitem medir a qualidade da auditoria. A posse do auditor examina a relação entre o cliente e o auditor, o que pode afetar a qualidade da auditoria, na medida em que, a rotação torna-se importante para manter a independência e a qualidade da auditoria.

No que diz respeito há existência de um comitê de auditoria, é notório que quando se verifica a presença deste órgão nas empresas, sendo este composto na sua maioria por

diretores independentes então está implícita uma maior qualidade da auditoria e, conseqüentemente, dos resultados (Carcello & Neal, 2000).

Todas estas medidas de qualidade de auditoria estão, inevitavelmente, relacionadas com as características do auditor, como por exemplo, o género. Sendo que segundo Hardies *et al.* (2010) a diferença entre géneros não é, em regra, um fator diferenciador no que diz respeito à qualidade da auditoria, na medida em que, não afeta de facto a qualidade de auditoria mas pode alterar a perceção que os utilizadores das demonstrações financeiras têm da mesma.

Pelo contrário, Ittonen *et al.* (2013) e Hardies *et al.* (2016) referem que existem diferenças entre os géneros no âmbito da auditoria e concluem que quando os auditores são do género feminino a gestão dos resultados é menor. Uma das possíveis razões associadas a esta conclusão prende-se com o facto de os auditores do sexo masculino serem mais influenciados pelas explicações não comprovadas dadas pelos clientes (Gold *et al.*,2009). Outra possível razão prende-se com o facto de que quando os profissionais desta área são do sexo feminino são mais dedicados, no geral, ao planeamento e à deteção de gestão de resultados por parte das empresas, o que remete para uma maior qualidade da auditoria e dos resultados (Ittonen *et al.*,2013).

A relação entre a maior qualidade dos resultados e o sexo feminino está relacionado com as características do mesmo, nesse sentido Byrnes *et al.* (1999) e Jianakoplos e Bernasek (1998) encontram evidência que o sexo feminino é mais avesso ao risco, o que sugere uma diferença de julgamentos entre os auditores do sexo masculino e do sexo feminino (Gold *et al.*,2009), sendo que segundo Nelson e Tan (2005) a diferença nesta característica não é assim tão significativa. Um auditor que tenha aversão à perda e, conseqüentemente ao risco torna-se muito mais sensível na análise custo-benefício, o que o faz proceder de forma muito mais cautelosa no exercício das suas funções (Bigus,2015). Conseqüentemente e segundo o mesmo autor, quando os investidores são menos avessos ao risco do que os próprios auditores então estes detêm uma maior capacidade de aceitar alguma perda que possa surgir resultante de uma falha na auditoria.

Associado à pouca aptidão para incorrer em riscos poderá estar associado o facto de as mulheres serem mais sensíveis a possíveis perdas do que os homens, daí não quererem

proceder a operações que envolvam mais risco, nomeadamente ao nível financeiro (Barsky *et al.*,1997; Eckel & Grossman,2002). Johnson e Powell (1994) vão mais longe concluindo que esta característica tem alguma relação com a tomada de decisão, na medida em que, ao tomar uma decisão é necessário confrontar as possíveis recompensas como os aspetos negativos, mas ressalva em conclusão que estas diferenças não são significativas entre a qualidade da tomada de decisão entre os géneros.

No seguimento deste raciocínio Chin e Chi (2008) indicam que o sexo feminino derivado à sua aversão ao risco têm mais probabilidade de emitir um relatório qualificado, sendo que a tendência se torna maior quando o pensamento está direcionado para as auditoras que trabalham nas *BIG 4*¹.

Para além disso, existem estudos a afirmar que as mulheres são, geralmente, mais éticas e profissionais no exercício da sua profissão como auditoras (Bernardi & Arnold, 1997; Beu *et al.*,2003; Ittonen *et al.*, 2013; O’Fallon & Butterfield, 2005), sendo que o profissionalismo influencia bastante o julgamento do auditor (Heyrani *et al.*,2016). No que diz respeito à capacidade de resolução de problemas matemáticos é notório que os auditores do sexo masculino têm uma maior capacidade do que o sexo feminino (Penner & Paret, 2008) na medida em que, o raciocínio matemático é importante na análise das demonstrações financeiras (Anandarajan *et al.*, 2008).

Hardies *et al.*(2011) chega à conclusão de que o facto das mulheres estarem associadas a um maior nível de stress, lidando com uma maior pressão no que diz respeito à conjugação das suas ações enquanto auditoras e mulheres também influencia a sua performance. Sendo que Montenegro e Brás (2015) concluem que o género do auditor responsável não é, só por si, um elemento que altere a qualidade da auditoria e, conseqüentemente, a qualidade dos resultados, afirmando que o foco está no género dos sócios da empresa de auditoria e não do auditor responsável.

Assim, formulou-se a primeira hipótese de estudo (H1), nomeadamente:

¹ A denominação *BIG 4* é utilizada para referir as quatro maiores empresas de auditoria internacionais, nomeadamente, a Deloitte Touch Tohmatsu, a PricewaterhouseCoopers (PWC), a Ernst & Young (EY) e a KPMG.

H1: A qualidade dos resultados das empresas auditadas é maior quando o auditor responsável é do sexo feminino.

Hoje em dia existe um ambiente empresarial muito volátil e quando se procede a uma auditoria é necessário deter cada vez mais capacidade de decisão, julgamento e raciocínio crítico (Knechel,2000), sendo que a qualidade das decisões é maior quando tomadas por indivíduos com mais competências (Bedard, 1991). Para que tal aconteça é necessário deter conhecimento, sendo que o conhecimento base de um auditor está relacionado com a deteção dos erros das demonstrações financeiras (Frederick *et al.*, 1994).

Segundo Che *et al.* (2017) o nível de conhecimento pode medir-se através do grau académico, da quantidade de formações que vai fazendo ao longo da sua vida profissional e da sua experiência profissional.

Hoje em dia, muitos dos profissionais que começam a trabalhar em auditoria não são detentores de um vasto conhecimento prévio sobre esta área, em vez disso vão adquirindo-o com a experiência (Bonner *et al.*, 1997). Sendo que este facto pode ser prejudicial, na medida em que, o nível académico e a formação adquirida previamente antes de ingressar no trabalho de auditoria é importante, pois facilita a compreensão do ciclo de transações e dos possíveis erros que se cometem em auditoria. Para além disso, Gul *et al.* (2009), Jaggi *et al.* (2015), Reichelt e Wang (2010), Ashton (1989), Balsam *et al.* (2003) concluem que quanto maior for o conhecimento que o auditor tem sobre a indústria em que o cliente exerce a sua atividade, maior será a qualidade da auditoria, bem como a qualidade implícita nos resultados, contribuindo para a uma melhor perceção de qualidade nos mercados financeiros.

Esta conclusão tem por base o facto de a especialização do auditor contribuir para a credibilidade que o auditor detém perante o cliente (Craswell *et al.*, 1995). Os indivíduos com diferentes conhecimentos terão perspetivas de análise diferentes, sendo que as pessoas possuidoras de diferentes conhecimentos reagem ao mesmo estímulo de diferentes formas porque relacionam a situação em causa com as suas memórias, o que será muito importante na hora de efetuar julgamentos em auditoria. Sendo que a precisão da memória de um auditor varia no mesmo sentido que o risco inerente à área em análise e que o grau de relevância da informação processada, ou seja, o risco inerente à auditoria bem como a relevância da informação alteram as atividades cognitivas do auditor durante o processo de

revisão dos papéis de trabalho, o que tem impacto na eficácia e na eficiência do auditor (Frederick & Libby, 1986; Sprinkle & Tubbs, 1998).

O efeito positivo que o conhecimento do auditor tem na qualidade dos resultados do cliente é provado através do facto dos acréscimos discricionários em valor absoluto do cliente deterem uma relação inversa com a especialização do auditor no seu setor de atividade (Balsam *et al.*, 2003).

Morris e Empson (1998), Bonner e Lewis (1990) e Marchant (1990) defendem que o grau académico/conhecimentos e a experiência fazem parte da competência do auditor e, por isso, são dois conceitos que se relacionam frequentemente, sendo a experiência uma forma de adquirir mais conhecimento.

Ashton e Brown (1980) afirmam que no caso da avaliação do controlo interno a experiência (fator que integra a perícia) não é um fator relevante.

É importante afirmar que os auditores, quando exercem esta profissão são detentores de, pelo menos, conhecimentos mínimos ao nível de testes substantivos, nível de confiança do controlo interno, entre outros, na medida em que, todos têm níveis mínimos de conhecimento de acordo com as normas (Bedard, 1991).

O conhecimento é tão importante que as próprias empresas de auditoria providenciam formação para os seus auditores, sendo que estas formações têm em conta o facto de que no decorrer da vida profissional do auditor a forma como um auditor experiente tem o seu conhecimento estruturado é influenciada pelas suas tarefas, o que poderá influenciar a forma como essas formações são expostas (Frederick *et al.*, 1994).

As várias tarefas efetuadas pelos auditores requerem conhecimento sobre várias matérias (Gibbins, 2002; Frederick & Libby, 1986; Nelson & Tan, 2005), na medida em que, esse conhecimento irá afetar o desempenho do auditor (Bonner & Lewis, 1990).

Quando este mesmo conhecimento é sobrestimado pelos próprios auditores estes tendem a subestimar a necessidade de adquirir mais conhecimento no futuro, o que não é positivo e não contribui para a melhoria do seu desempenho (Kennedy & Peecher, 1997).

Quanto maior o grau académico menor a probabilidade de falha na auditoria e se associado a uma elevada experiência na área menor a probabilidade de erro, sendo que uma falha na auditoria provoca uma desconfiança por parte dos *stakeholders* na informação contida nas demonstrações financeiras (Stabus, 2005; Tackett *et al.*, 2004).

Che *et al.* (2017) concluem que os auditores detentores do grau de mestre conseguem assegurar com menor esforço a execução das atividades do que os auditores que apenas têm a licenciatura. Segundo os mesmos autores, estes auditores estão provavelmente mais aptos para detetar distorções materiais nas demonstrações financeiras, o que pode indicar uma maior qualidade dos resultados quando auditados por auditores com mestrado. Para além disso, os mesmos autores defendem que os auditores que têm o grau de mestre conseguem completar mais rapidamente as tarefas.

Como tal, o raciocínio será que quanto maior for o conhecimento do auditor responsável maior será qualidade implícita nos resultados e, por isso, formulou-se a seguinte hipótese (H2):

H2: A qualidade dos resultados é maior quanto maior o grau académico do auditor responsável.

Ao analisar as demonstrações financeiras de uma empresa, o auditor tem em conta a localização da mesma, ou seja, se fica situada num país cuja proteção do investidor é maior ou, pelo contrário, se está sediada num país detentor de fraca proteção ao investidor (Shleifer & Vishny, 1997). Segundo os mesmos autores a proteção dos investidores consiste na proteção dos direitos dos mesmos através do maior controlo da gestão e da limitação de algumas das suas ações.

La Porta *et al.* (1998) concluem no que diz respeito à proteção ao investidor que existem quatro tipos de países, nomeadamente, os países de direito civil de origem francesa, os países de direito civil de origem germânica, os países de direito civil de origem escandinava e os países de direito comum.

Esta distinção entre países e o estudo da mesma torna-se importante para a resolução de alguns problemas que estão implícitos nos mercados financeiros, na medida em que, os gestores podem não agir de acordo com os interesses dos investidores, fazendo com que a proteção dos direitos dos investidores confira um incentivo económico que visa o desenvolvimento dos mercados financeiros (Francis *et al.*, 2001). O último autor vai mais longe e aponta que este mesmo desenvolvimento se revela positivo para a economia pois permite uma maior facilidade no acesso ao financiamento.

Segundo La Porta *et al.* (1998) os países com maior proteção ao investidor são os países de direito comum e os países de direito civil de origem francesa têm precisamente o regime oposto.

A falta de proteção dos investidores nos países de direito civil está relacionada com o grande domínio de poucos sócios nas empresas, ou seja, o poder não está distribuído (La Porta *et al.*, 1998). Já nos países de direito comum a maior proteção dos investidores faz com que estes países sejam detentores de informação mais transparente e precisa no que diz respeito à tempestividade da informação. Nestes países está implícita a maior procura dos serviços de auditoria, na medida em que, os auditores auxiliam na transparência da informação contabilística (Francis *et al.*, 2001). Estes mesmos serviços de auditoria quando associados a penalizações no caso de erro, requerem um maior esforço por parte dos auditores e, conseqüentemente, a remuneração dos auditores vai ser mais elevada e todo este cenário será propício à captação de investimento.

Piot e Janin (2007), afirmam que estes dois tipos de países diferem em vários aspetos, nomeadamente, no mandato de permanência do auditor por seis anos fiscais nos países do sistema francês enquanto nos países de direito comum o tempo de permanência não é obrigatório, o que indica uma maior capacidade de resistir à pressão da administração por parte dos auditores no Reino Unido (RU), por exemplo. Os mesmos autores também apontam para o facto de nos países onde a proteção do investidor é menor não se verifica a obrigatoriedade de criação de comité de auditoria, pelo que a existência de comité de auditoria é mais um mecanismo para garantir a qualidade dos resultados e quando se verifica a existência deste comité nas empresas é notória a maior transparência das demonstrações financeiras.

Nos países com fraca proteção do investidor a litigância contra o auditor não é muito comum, sendo que litigância está em parte relacionada com a punição dos auditores que falham ao não encontrar os erros implícitos nas demonstrações financeiras elaboradas pela gestão (Kothari *et al.*, 1988).

Em países como a França, o fraco risco de litigância também está relacionado com o facto do controlo assimétrico referente aos acréscimos discricionários não ser uma prática usual,

na medida em que, o controlo detalhado desta componente das demonstrações financeiras influencia a probabilidade de ocorrer ou não processos judiciais contra os auditores (Piot & Janin, 2007). Para além deste facto, é notório que nos países regidos pelo Código Civil a burocracia é muito maior, o que reduz acentuadamente a capacidade de interpretação dos factos por parte dos juízes e em muitos casos torna-se impossível provar a relação de causalidade que existe entre a falha cometida pelo auditor e o dano causado (Piot & Janin, 2005).

Brooks *et al.* (2017) e Francis e Wang (2008) referem que nos países detentores de um regime legal forte há um maior risco de litigância no que diz respeito aos auditores, o que motiva a uma maior qualidade dos resultados, mas só para empresas auditadas pelas *BIG 4*. O facto deste tipo de países protegerem de forma exímia os seus investidores faz com que haja uma redução dos incentivos para a gestão de resultados e haja um maior controlo na aquisição de benefícios referentes a este facto. (Leuz *et al.*, 2003; Nabar & Boonlert-U-Thai, 2007; Lenard & Yu, 2013).

É de salientar que a especialização do auditor tem também uma relação com o sistema legal do país, na medida em que, segundo Shleifer e Vishny (1997) quanto mais fraco for o sistema legal dos países maior será o impacto da especialização dos auditores na qualidade dos resultados. No entanto, Brooks *et al.* (2017), Francis e Wang (2008) afirmam que não existe uma diferença significativa entre os auditores especialistas numa determinada área ou não nos países com forte proteção do investidor, na medida em que, os dois tipos de auditor fazem uma auditoria extensiva para minimizar o risco.

A qualidade de auditoria será mais elevada em países cuja proteção dos investidores é também mais elevada (Maijoor & Vanstraelen, 2006). No mesmo sentido Leuz *et al.* (2003), Nabar e Boonlert-U-Thai (2007), Enomoto *et al.* (2015) e Persakis e Iatridis (2016) afirmaram que em países cuja proteção do investidor é elevada, existe uma maior qualidade nos resultados. Este facto prende-se com a questão de que o ambiente jurídico influencia significativamente a qualidade da auditoria e, conseqüentemente, a qualidade dos resultados (Choi & Wong, 2005). Para além disso, neste tipo de países o oportunismo por parte dos órgãos de gestão é menor e, conseqüentemente, os números apurados pela contabilidade são

mais relevantes para quem analisar as demonstrações financeiras na tomada de decisão e são mais representativos da realidade (Francis *et al.*, 2001; Hung, 2001).

Lara *et al.*(2005) explicitaram a ideia de que nos países regidos pelos códigos e leis os gestores têm mais incentivos para reduzir o resultado de forma consistente, sendo que esses países são os mesmos que detêm fraca proteção do investidor(La Porta *et al.*,1998). Neste tipo de países o auditor é o próprio que ajuda na proteção dos *shareholders* através do seu trabalho (Choi & Wong, 2005).

Associadas a esta temática estão as normas de auditoria, ou seja, as *International Standards on Auditing* (ISAs), na medida em que, segundo Simunic *et al.* (2015) os países que têm um elevado nível de proteção ao investidor defendem o rigor da auditoria e, conseqüentemente, dos resultados a um nível de excelência e têm um pouco mais resistência em adotar estas normas, com receio de perder a qualidade que tinham. Os mesmos autores alinham a esta facto a relação das normas de auditoria de cada país com as suas características ao nível do sistema legal e ao nível dos seus modelos de negócio.

Assim surge a terceira e última hipótese (H3) do estudo que relaciono a qualidade dos resultados com o tipo de país:

H3: A qualidade dos resultados é maior em países que detêm um elevado nível de proteção dos seus investidores.

3. Metodologia

No decurso do presente trabalho está em evidência o paradigma de investigação positivista. Segundo Kabir (2010), no pensamento subjacente ao positivismo está presente a ideia de que o investigador é um ser objetivo na análise da realidade, ou seja, é independente, não se deixando afetar pelo objeto de estudo. O positivismo tem por base observações quantitativas e que consiste na definição prévia de hipóteses e na análise dos dados empíricos cuja finalidade é a de retirar conclusões sobre o tema, verificando ou não as hipóteses iniciais.

Segundo Watts e Zimmerman (1990), a existência de uma forte relação entre as práticas contabilísticas executadas numa empresa e as características da mesma é notória e o

positivismo em contabilidade incide no estudo sobre estas mesmas práticas. Estas práticas contabilísticas darão origem a um resultado com maior ou menor qualidade. Sendo que as novas abordagens do positivismo contabilístico têm uma visão mais objetiva, na medida em que, os factos e teorias não são descartados com base em observações pouco consistentes. Para a compreensão da teoria positivista da contabilidade torna-se necessário um conhecimento intensivo do tipo de custos que são contraídos nomeadamente, os custos de transação, custos de agência, custos de informação, custos de renegociação e custos de insolvência (Watts & Zimmerman,1990).

3.1 Amostra

A amostra do estudo baseia-se no índice *Stoxx® Europe 600*, entre o período de 2012 a 2015.

A base de dados utilizada na recolha da informação dos dados contabilísticos das empresas é a *DataStream Worldscope Global Database*, sendo que a amostra inicial é de 3583 observações. As empresas foram agrupadas pelos *Standard Industrial Classification codes (SIC codes)*, ficando divididas por oito indústrias, nomeadamente: (2) Indústria extrativa (SIC code entre 10000 e 14000), (3) Construção (SIC code entre 15000 e 17000), (4) Indústria (SIC code entre 20000 e 39000), (5) Transportes e comunicação (SIC code entre 40000 e 49000), (6) Retalho (SIC code entre 50000 e 59000), (7) Banca e Seguradoras (SIC code entre 60000 e 69000), (8) Serviços (SIC code entre 70000 e 87000). O segundo passo consiste na eliminação das 80 observações provenientes do setor da banca e seguradoras, na medida em que, existe uma grande diferença das práticas contabilísticas e da legislação que lhes é aplicada comparativamente com as restantes empresas. Para além disso, são eliminadas as observações cujas empresas não tinham qualquer informação disponível e as que se verificam auditorias conjuntas (1008 observações), na medida em que, no que diz respeito às empresas cujas auditorias externas são conjuntas, não existem estudos onde se evidenciem qual dos géneros se torna dominante nestas situações. Adicionalmente, são retirados 93 *outliers*.

Os *outliers* referentes à variável dependente ($|DA/|$) foram eliminados ao retirar da amostra todos os valores que excedessem a média adicionada de três vezes o desvio padrão ou subtraída por três vezes o desvio padrão de cada uma das variáveis quantitativas ($|DA/|$,

LNTA, *CHGSALE* e *LEV*). Desta forma, a amostra obteve 2402 observações, tal como mostra a tabela 1.

Tabela 1
Definição da amostra

	Observações	%
Amostra inicial	3583	100.00
Observações excluídas:		
Bancos e seguradoras	-80	-2.00
Observações sem dados ou com auditoria conjunta	-1008	-28.00
<i>Outliers</i>	-93	-2.60
Amostra final	2402	67.00

3.2 Qualidade dos resultados

O conceito de qualidade de resultados é um conceito multidimensional, em que numa determinada perspetiva a elevada qualidade dos mesmos se evidencia quando estes refletem com a máxima precisão o desempenho atual da empresa, ou o desempenho futuro.

Existem várias formas de medir a qualidade dos resultados, Francis *et al.* (2004) indica sete *proxies*, nomeadamente, qualidade dos acréscimos, a persistência dos resultados, a sua capacidade de previsão, alisamento dos resultados, valor relevante, a tempestividade dos ganhos e perdas e o conservadorismo dos resultados. A qualidade dos acréscimos, a persistência dos resultados, a capacidade de previsão e o alisamento dos resultados são considerados atributos baseados na contabilidade (Francis *et al.*, 2004), enquanto segundo os mesmos autores, o valor relevante, a tempestividade dos ganhos e perdas e o conservadorismo dos resultados são atribuídos à categoria relacionada com a base de mercado, na medida em que, têm por base a relação entre o mercado e a contabilidade. A *proxy* utilizada neste estudo é a que estuda os acréscimos discricionários.

Dechow *et al.* (2010) afirmam que a utilização dos acréscimos discricionários tem como finalidade a redução ou aumento do resultado, o que faz com que o risco de litigância seja menor ou maior, respetivamente. Segundo Li (2010) as empresas que têm potencial de crescimento e um elevado volume de negócios normalmente utilizam os acréscimos discricionários para evitar que os seus resultados sejam negativos por alguma razão

inesperada e as empresas com perspectivas de crescimento pouco animadoras utilizam-nos para colmatar alguma perda ou diminuição do resultado.

Richardson *et al.* (2001) concluem que a componente discricionária não é a única informação que se pode retirar referente à qualidade dos resultados, na medida em que, decompondo os acréscimos em ordem ao crescimento das vendas e à eficiência é notório que os acréscimos não discricionários relacionados com o crescimento das vendas dão informação bastante útil sobre a qualidade dos resultados. Barth *et al.* (2001) vão mais longe, constatando que cada componente dos acréscimos fornece indicações sobre os fluxos de caixa futuros, sendo que as componentes associadas às depreciações e amortizações são as que têm uma maior capacidade de previsão.

3.3 Desenho da investigação

A formulação das equações referentes às hipóteses em estudo teve como base o modelo *cross-sectional* de Jones (1991) modificado por Kothari *et al.* (2005) aplicado à empresa *j* no ano *t*. A escolha do modelo prende-se com o facto de tanto o modelo *cross-sectional* Jones (1991) como o modelo *cross-sectional modified* Jones (1991) providenciam outputs com maior qualidade do que os modelos cronológicos (Bartov *et al.*, 2000). Sendo que este modelo é apresentado na primeira equação:

$$ACCR/A_{jt-1} = \beta_1[1/A_{jt-1}] + \beta_2[\Delta REV_{jt}/A_{jt-1}] + \beta_3[PPE_{jt}/A_{jt-1}] + \beta_4[ROA_{jt}/A_{jt-1}] + \epsilon_{jt} \quad (1)$$

Este modelo tem o objetivo de explicar os acréscimos de uma empresa através da variação do rédito (rédito do período atual menos rédito do período anterior), incluindo, vendas ou prestação de serviços (ΔREV), dos ativos fixos tangíveis, sendo que esta variável (*PPE*) representa o ativo da empresa que é imprescindível para a atividade operacional da empresa e que não é facilmente liquidado. Para além disso, o mesmo modelo tem em conta a variável *A*, ou seja, o total do ativo e ainda explica os acréscimos através do *Return on Assets* (*ROA*), sendo esta variável a rendibilidade do ativo da empresa e é calculada através da divisão entre o resultado líquido do período e o total de ativo.

Este modelo também tem como variável a parte residual dos acréscimos. Estes resíduos da equação são os chamados acréscimos discricionários e podem estar sob a influência da gestão de resultados por parte da administração e são a variável dependente das equações

para estudo das hipóteses. O raciocínio subjacente a este modelo é o de que quanto maior for o valor destas variáveis maior a quantidade de resíduos e maior a probabilidade de gestão de resultados.

Para testar a primeira hipótese (H1) temos a equação (2) abaixo:

$$H1: |DA|_{jt} = \alpha_0 + \alpha_1 G_{jt} + \alpha_2 BIG4_{jt} + \alpha_3 LNTA_{jt} + \alpha_4 LOSS_{jt} + \alpha_5 CHGSALE_{jt} + \alpha_6 LEV_{jt} + \epsilon_{jt} \quad (2)$$

Em que:

|DA| – Valor absoluto dos acréscimos discricionários calculados por dois modelos

G – Género.

j- Empresa.

t- Período.

BIG 4- variável *dummy* para indicar o tipo de empresa de auditoria e que quando esta variável assume o valor 1 a empresa de auditoria é uma *BIG4*, caso contrário, assume o valor 0.

LNTA- logaritmo do total do ativo.

LOSS- Constitui o prejuízo de cada ano das empresas.

CHGSALE – Variação das vendas deflacionada pelo valor do ativo do ano anterior.

LEV – Endividamento, ou seja, é o quociente entre o passivo e o total do ativo da empresa.

Tal como já havia sido mencionado, a variável dependente das hipóteses é a variável *|DA|*, ou seja, os acréscimos discricionários. Sendo que o seu valor é o valor absoluto, na medida em que, o importante é analisar o impacto no comportamento dos acréscimos discricionários tendo em conta apenas a alteração do valor e não se essa alteração é positiva ou negativa, ou seja, não é relevante se o impacto será para aumentar ou diminuir o resultado. Sendo que, tal como foi referido na revisão de literatura, o expectável é que um elevado número de acréscimos discricionários esteja relacionado com uma fraca qualidade de auditoria e, conseqüentemente, dos resultados (Francis & Yiu, 2009).

Na equação referente à primeira hipótese, está presente a variável *G* que representa o género do auditor responsável, sendo a variável de interesse. O género assume o valor 0

quando a pessoa responsável pela auditoria é do sexo masculino e 1 se for do sexo feminino. O raciocínio presente nesta equação passa por analisar que quanto maior for G maior qualidade nos resultados, na medida em que, as profissionais do sexo feminino tendem a manipular menos os resultados. Como tal, espera-se que o sinal do coeficiente seja negativo, sugerindo que se o género for feminino faz com que os acréscimos discricionários sejam menores o que fará que com haja uma menor gestão dos resultados (Ittonen *et al.*,2013; Niskanen, 2011), isto porque se encontra evidência de que os auditores do sexo masculino são mais influenciados pelas explicações não comprovadas dadas pelos clientes (Gold *et al.*,2009) e também está relacionado com o facto das mulheres serem mais perfeccionistas e éticas no seu trabalho (Bernardi & Arnold, 1997).

As restantes variáveis da equação (2) são variáveis de controlo. A variável *BIG 4* é utilizada para controlar o efeito da dimensão da empresa de auditoria na qualidade da auditoria (Francis & Yu,2009) sendo uma variável *dummy*, em que 1 representa uma empresa de auditoria denominada *BIG4* e 0 se for uma das outras empresas que operam no ramo da auditoria. O controlo do efeito da dimensão da empresa de auditoria é necessário, na medida em que, as empresas de auditoria com menor dimensão dependem de menos clientes e, como tal, tendem a ser mais benevolentes em relação à gestão dos resultados (DeAngelo,1981). Espera-se que quanto maior a dimensão da empresa de auditoria, menor será a gestão de resultados dos seus clientes, na medida em que, a empresa de auditoria não se deixará influenciar tanto pelas opiniões e interesses do seu cliente.

A variável *LNTA* é o logaritmo do total do ativo do ano e permite controlar o efeito da dimensão da empresa através do ativo total na qualidade dos acréscimos (Young, 1999; Dechow & Dichev, 2002). É expectável que esta variável tenha sinal negativo, na medida em que, quanto maior a dimensão da empresa menor é a probabilidade de gestão dos resultados, pois este facto fará com que haja redução da pressão política e social exercida na empresa (Watts & Zimmerman, 1986).

A variável *CHGSALE* é a variação das vendas deflacionada pelas vendas do ano anterior, controlando assim a *performance* e o crescimento da empresa a partir da variação das vendas. Esta variável é calculada através do quociente da diferença das vendas de dois anos consecutivos, ou seja, o ano corrente menos o ano anterior e o total do ativo (Dechow *et al.*, 1995). Esta variável espera-se que tenha sinal positivo, na medida em que, quanto maior o

crescimento da empresa maior serão os acréscimos discricionários e, conseqüentemente, maior a gestão dos resultados (Young, 1999), sendo que as empresas usam a gestão dos resultados para potenciar o efeito de crescimento.

A variável *LOSS* é utilizada para controlar as potenciais diferenças existentes na forma como a gestão dos resultados é feita consoante haja prejuízo ou lucros (Choi *et al.*, 2007), sendo uma variável *dummy*, que assume o valor 0 quando tem lucro e 1 quando tem prejuízo. Callen *et al.* (2004) encontram evidência de que esta variável deve ter sinal positivo, dado que se as empresas tiverem prejuízos no final do período contabilístico o valor dos acréscimos discricionários é mais elevado e, como tal, presume-se que as empresas nesta situação tendem a praticar uma maior gestão dos resultados.

A variável *LEV* é calculada através do quociente entre o total de passivos e o total de ativos e é para controlo do endividamento da empresa. As empresas que detêm um nível elevado de endividamento podem estar mais propícias a práticas de manipulação dos resultados (DeFond & Jiambalvo, 1994; Kim *et al.*, 2011) e, neste caso, o sinal do coeficiente é expectável que seja positivo ou, pelo contrário, podem estar mais propícias a diminuir a gestão de resultados no caso de se proceder a renegociações contratuais (Becker *et al.*, 1998) e, neste caso, espera-se que o coeficiente seja negativo. Como tal, esta variável tem um efeito significativo na gestão dos resultados.

Para testar a hipótese dois (H2) temos a equação (3):

$$H2: DA_{jt} = \alpha_0 + \alpha_1 E_{jt} + \alpha_2 BIG4_{jt} + \alpha_3 LNNTA_{jt} + \alpha_4 LOSS_{jt} + \alpha_5 CHGSALE_{jt} + \alpha_6 LEV_{jt} + \xi_{jt} \quad (3)$$

Em que a variável:

E é o grau académico.

Na equação referente à segunda hipótese, a variável referente ao grau académico (Educational level - *E*) é a variável de interesse e é uma variável *dummy*, referindo-se à licenciatura com o número 0 e com o número 1 para referir mestrado e doutoramento. A divisão foi realizada desta forma, na medida em que, quando o auditor que apenas detém o grau de licenciado tem um conhecimento mais elementar das matérias. O expectável é que

associado ao maior grau académico dos auditores esteja uma maior qualidade de auditoria e, conseqüentemente dos resultados (Che *et al.*, 2017). No facto do grau académico ser mais elevado está implícito o maior domínio das práticas de auditoria e uma maior capacidade de aprendizagem (Balsam *et al.*, 2003), isto porque terá um maior domínio das normas e de todos os procedimentos da realização de uma auditoria. Como tal, se o coeficiente for negativo quer dizer que quanto maior o grau académico, menor será a gestão de resultados e maior a qualidade dos mesmos porque menor será o valor dos acréscimos discricionários. Como tal, é expectável que o coeficiente seja negativo.

Para testar a hipótese 3 (H3) referente ao efeito do tipo de país na gestão de resultados temos a equação 4:

$$H3: /DA/_{jt} = \alpha_0 + \alpha_1 PI_{jt} + \alpha_2 GxPI_{jt} + \alpha_3 ExPI_{jt} + \alpha_4 BIG4_{jt} + \alpha_5 LNTA_{jt} + \alpha_6 LOSS_{jt} + \alpha_7 CHGSALE_{jt} + \alpha_8 LEV_{jt} + \epsilon_{jt} \quad (4)$$

Em que:

PI - Proteção do investidor.

G x PI – Interação da variável género com a variável de proteção do investidor.

E x PI - Interação da variável grau académico com a variável de proteção do investidor.

Por fim, na última equação temos três variáveis de interesse, nomeadamente, *PI* e *G x PI* e *E x PI*. *PI* assume o valor 0 quando as empresas se encontram em países cuja proteção do investidor for fraca (países de direito civil) bem como quando o nível de proteção do investidor se evidencia mediano (países de direito civil de origem germânica e escandinava) e 1 quando o nível de proteção for elevado (países de direito comum). A variável *G x PI* captura o efeito do género na magnitude dos acréscimos discricionários consoante o tipo de litigância do país em que o auditor trabalha, ou seja, captura o efeito incremental do género nas diferenças de comportamento dos auditores nos países com elevada proteção ao investidor e com fraca proteção ao investidor. Sendo expectável que se o género do auditor for feminino e se situar num país de elevada proteção ao investidor a gestão dos resultados vai ser menor. Como tal, espera-se que o sinal do coeficiente da variável de interesse *G x PI* seja negativo. Ou seja, se o coeficiente for negativo quer dizer que a influência desta característica do auditor neste tipo de países é maior, fazendo com que os acréscimos discricionários tenham menor valor.

A variável *ExPI* captura o efeito do grau académico do auditor através dos acréscimos discricionários consoante o tipo de litigância do país em questão. Sendo expectável que quanto maior for o grau académico do auditor (mestrado ou doutoramento) e se a empresa se situar num país com elevada proteção ao investidor, a qualidade dos resultados vai ser maior e por isso espera-se que o coeficiente desta variável também tenha sinal negativo.

4.Resultados

Neste estudo foram testados todos os pressupostos subjacentes ao modelo de regressão linear, o que tem subjacente a qualidade do modelo.² Na tabela 2 é apresentada a estatística descritiva de cada variável em estudo, bem como das variáveis de controlo. O facto da média da variável género apresentar um valor de 0.049521, quer dizer que em média cerca de 5 % dos auditores desta amostra são mulheres. O facto de a média da variável referente ao grau académico ter o valor de 0.303787, quer dizer que cerca de 30% dos auditores desta amostra têm um grau superior a licenciatura, ou seja, têm mestrado ou doutoramento. A variável relacionada com a proteção do investidor tem uma média de 0.290886, o que sugere que nesta amostra aproximadamente 29 % são países que detêm uma forte proteção do investidor, ou seja, têm políticas mais rígidas no que diz respeito à proteção dos investidores. A variável *BIG 4* tem uma média de 0.988348 o que significa que, em média, nesta amostra das empresas do *Stoxx® Europe 600*, 98.8% das empresas são auditadas por *BIG 4*. A média da variável *CHGSALE* é 0.209905, o que quer dizer que o crescimento médio das empresas é de aproximadamente de 21%. A análise à estatística descritiva da variável *LEV* indica que o passivo das empresas é, em média, maior 1,9 vezes que o capital próprio das mesmas. A média da variável *LOSS* indica que aproximadamente apenas 8% das empresas da amostra têm prejuízos. Por fim, com a média da variável *LNTA* é possível concluir que a média do ativo das empresas é de 685 milhares de euros.

² Os pressupostos para o modelo de regressão múltipla foram cumpridos para cada um dos três modelos. O pressuposto da multicolinearidade é cumprido, na medida em que, todos os valores VIF são menores que 10. O pressuposto subjacente às variáveis residuais serem zero também se cumpre e o pressuposto de Durbin Watson também é cumprido. A homocedasticidade dos erros também é cumprida através do diagrama de dispersão em que se verifica que as observações estão em torno de zero. Também o princípio da linearidade é cumprido. Por fim, o pressuposto da normalidade é evidenciado pelo histograma dos resíduos, efetuando-se a comparação da distribuição dos resíduos estandardizados com a distribuição normal através da sobreposição da curva normal.

Tabela 2
Estatística descritiva

Variáveis	Média	Desvio Padrão	N
<i>G</i>	0.049521	0.220803	2402
<i>E</i>	0.303787	0.463594	2402
<i>PI</i>	0.290886	0.454266	2402
<i>/DA/</i>	0.022738	0.026334	2402
<i>BIG 4</i>	0.988348	0.107337	2402
<i>LNTA</i>	6.852252	0.623899	2402
<i>CHGSALE</i>	0.209905	1.274836	2402
<i>LOSS</i>	0.075739	0.264635	2402
<i>LEV</i>	1.905017	2.165477	2402

A tabela 3 apresenta os coeficientes de correlação de *Pearson* para as variáveis das equações (1) a (3). A medida de associação *R Pearson* é utilizada para analisar a correlação entre as variáveis, verificando se a multicolinearidade é um tema ou não. Através desta tabela é possível concluir que a variável */DA/* tem correlação positiva com todas as restantes variáveis. A variável com a qual tem uma relação mais forte é com a variável *LOSS* (0.143), embora seja uma relação positiva e fraca no geral. No que diz respeito à relação de */DA/* com as restantes variáveis é possível concluir que todas as relações são ínfimas positivas, na medida em que, todas elas assumem um valor entre 0 e 0.1. Sendo que a relação com as variáveis *G*, *E*, *PI*, *BIG 4*, *CHGSALE*, *LNTA* e *LEV* assumem, nomeadamente, os valores 0.020, 0.040, 0.074, 0.005, 0.087, 0.128 e 0.067. Dado que todas as correlações têm valores inferiores a 0.80 não são esperados problemas de multicolinearidade entre as variáveis dos vários modelos em estudo (Hill & Judge, 1987).

Tabela 3
Coefficientes de correlação de Pearson

	<i>/DA/</i>	<i>G</i>	<i>E</i>	<i>PI</i>	<i>BIG4</i>	<i>LNTA</i>	<i>CHGSALE</i>	<i>LEV</i>	<i>LOSS</i>
<i>/DA/</i>	1	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>G</i>	0.020**	1	-	-	-	-	-	-	-
<i>E</i>	0.040**	0.045**	1	-	-	-	-	-	-
<i>PI</i>	0.074*	0.006***	0.137	1	-	-	-	-	-
<i>BIG4</i>	0.005*	0.024**	0.071*	0.024*	1	-	-	-	-
<i>LNTA</i>	0.128	0.040**	0.119	0.182	0.090*	1	-	-	-
<i>CHGSALE</i>	0.087*	0.010**	0.02**	0.031**	0.011**	0.075*	1	-	-
<i>LEV</i>	0.067*	0.012**	0.027**	0.031**	0.046**	0.247	0.031**	1	-
<i>LOSS</i>	0.143	0.014**	0.033**	0.014**	0.017**	0.056*	0.037**	0.091*	1

*** significativo a um nível de 0.01; ** significativo a um nível de 0.05; * significativo a um nível de 0.10.

O método utilizado para correr a regressão foi o método OLS. Na tabela 4 apresentam-se os resultados da equação (2), em que a variável em estudo é o género, a conclusão principal que se pode retirar é que o género do auditor não influencia a qualidade dos resultados. Esta conclusão está relacionada com o facto de a probabilidade relativa a esta variável ter o valor de 67.43%, ou seja, não é estatisticamente significativo. Como tal, não foi encontrada evidência para concluir que o género do auditor seja um fator diferenciador no que diz respeito à qualidade dos resultados. Em suma, não se pode afirmar que quando a auditoria é dirigida por uma mulher tenha mais ou menos qualidade do que uma auditoria cujo responsável seja um homem. Esta conclusão confirma a de Hardies *et al.* (2010), que conclui que o género pode não influenciar efetivamente a qualidade da auditoria e dos resultados, mas sim, a perceção que as pessoas têm dessa mesma qualidade, na medida em que, os estereótipos idealizados para o género fazem com que automaticamente se idealize uma diferença na qualidade dos resultados baseada nesta característica.

No que diz respeito à variável de controlo *BIG 4* é possível concluir que tem uma relação estatisticamente significativa de 5% com a variável */DA/* e que não obteve o sinal esperado, na medida em que, o sinal esperado seria negativo e o resultado neste estudo foi

precisamente o contrário, evidenciando um coeficiente positivo de 0,009, ou seja, indica que quando a empresa que realiza a auditoria externa é uma *BIG 4*, a probabilidade da gestão de resultados é maior confirmando as conclusões de Piot e Janin(2007). Estes autores encontraram evidência de que em países como França a relação entre o aumento da qualidade da auditoria e dos resultados, em empresas cotadas, com a dimensão da empresa da auditoria é inexistente e, por vezes, o facto da empresa de auditoria ser *BIG 4* até pode ser prejudicial.

A variável de controlo *LNTA* apresenta um coeficiente com sinal negativo (-0,006) com uma probabilidade de 0 (estatisticamente significativo), sendo este sinal negativo o esperado para esta variável de controlo e o raciocínio implícito está relacionado com o facto de que quanto maior a dimensão da empresa menor será a gestão dos resultados. Quanto à variável *CHGSALE*, o coeficiente não é relevante pois não é estatisticamente significativo (probabilidade de 0,537), ou seja, nada se pode concluir sobre a possível influência do crescimento das empresas no comportamento do valor dos acréscimos discricionários e, conseqüentemente, na gestão dos resultados. A variável *LEV*, isto é, a variável relacionada com o endividamento tem uma relação estatisticamente significativa com a variável */DA/* de 0.5 % e cujo coeficiente tem sinal negativo (-0.0006) sendo que era expectável que esta variável de controlo pudesse ter tanto coeficiente positivo como negativo. Como tem coeficiente negativo então é possível concluir que quanto maior o endividamento menor a gestão de resultados.

Por fim, a variável de controlo *LOSS* tem o sinal positivo que é esperado de (0,013), tendo uma relação estatisticamente significativa com a variável */DA/* de 0% confirmando que quanto maior for o prejuízo da empresa maior será a probabilidade de se verificar gestão dos resultados no sentido de, por exemplo, motivar os investidores.

Tabela 4**Resultado da regressão que relaciona o género com a qualidade dos resultados**

$$|DA|_{jt} = \alpha_0 + \alpha_1 G_{jt} + \alpha_2 BIG4_{jt} + \alpha_3 LNTA_{jt} + \alpha_4 LOSS_{jt} + \alpha_5 CHGSALE_{jt} + \alpha_6 LEV_{jt} + \epsilon_{jt}$$

Variáveis	Predição	DA
Interceção		0.041421 (0.6743)
<i>G</i>	-	-0.000903 (0.0544)*
<i>BIG 4</i>	-	0.008572 (0.0000)***
<i>LNTA</i>	-	-0.006313 (0.0000)***
<i>LOSS</i>	+	0.012516 (0.5367)*
<i>CHGSALE</i>	+	0.000236 (0.0052)***
<i>LEV</i>	±	-0.000641
N		2402
R ² ajustado		0.225715
F-value		44.74543*

*** significativo a um nível de 0.01; ** significativo a um nível de 0.05; * significativo a um nível de 0.10

Na tabela 5 são evidenciados os resultados respeitantes à equação (3), o objetivo é estudar o impacto do grau académico na *performance* dos auditores. Conclui-se que a variável *E* tem uma relação estatisticamente significativa de 8.5% com a variável *|DA/|* e cujo coeficiente tem o sinal esperado, ou seja, o sinal negativo (-0.002). Como tal, é possível concluir que o nível de instrução académica influencia a qualidade de auditoria e, conseqüentemente, a qualidade dos resultados. Como o coeficiente é negativo quanto maior o grau académico menor é o valor dos acréscimos discricionários e, como tal, a qualidade dos resultados é maior. Este resultado permite concluir que o conhecimento é muito importante em auditoria e quem é possuidor de mais conhecimento é mais eficiente e eficaz na realização do seu trabalho, ou seja, quando um auditor tem mestrado ou doutoramento tende a ser mais competente pois tem mais conhecimento técnico. Com este cenário subentende-se que há uma maior qualidade na auditoria e, conseqüentemente, nos resultados através da influência

que a auditoria tem na gestão da empresa auditada. Ou seja, os auditores vão ter um papel importante na forma como conseguem persuadir a administração a tornar os resultados mais fiáveis e com mais qualidade.

As variáveis de controlo desta equação têm os mesmos sinais da primeira equação.

Tabela 5
Resultado da regressão que relaciona o grau académico com a qualidade dos resultados

$$|DA|_{jt} = \alpha_0 + \alpha_1 E_{jt} + \alpha_2 BIG4_{jt} + \alpha_3 LNTA_{jt} + \alpha_4 LOSS_{jt} + \alpha_5 CHGSALE_{jt} + \alpha_6 LEV_{jt} + \epsilon_{jt}$$

Variáveis	Predição	DA
Interceção		0.040300 (0.0848) *
<i>E</i>	–	-0.001774 (0.0445) **
<i>BIG 4</i>	–	0.008960 (0.0000) ***
<i>LNTA</i>	–	-0.006146 (0.0000) ***
<i>LOSS</i>	+	0.012615 (0.5297)
<i>CHGSALE</i>	+	0.000240 (0.0050) ***
<i>LEV</i>	±	-0.000643
N		2402
R ² ajustado		0.226622
F-value		44.97271 *

*** significativo a um nível de 0.01; ** significativo a um nível de 0.05; * significativo a um nível de 0.10

Na tabela 6 são evidenciados os resultados respeitantes à equação (4), é possível analisar o efeito incremental do género e das habilitações académicas na magnitude dos acréscimos discricionários consoante a litigância do país em que o auditor trabalha. Ao analisar o coeficiente referente à variável *GxPI*, é notório que nos países em que a proteção do investidor é elevada o género em nada vai influenciar o comportamento dos acréscimos discricionários e, conseqüentemente, a possibilidade de se verificar uma maior ou menor

gestão dos resultados. Esta conclusão é retirada porque apresenta uma probabilidade de 39.61%, fazendo com que a relação com */DA/* não seja estatisticamente significativa. Anteriormente concluiu-se que o género por si só não influencia a qualidade dos resultados, pelo que é coerente que esta característica do auditor não influencie a variável */DA/* mesmo fazendo a relação com a variável da proteção do investidor.

Quanto à variável *ExPI*, o coeficiente é negativo (-0.0055), apresentando uma probabilidade de cerca de 0.92%. É possível então concluir que nos países com elevada proteção ao investidor a formação académica base do auditor vai ter uma maior influência no comportamento dos acréscimos discricionários e na gestão dos resultados. Uma das razões para esta conclusão está relacionada com o facto de que nos países em que os investidores são fortemente protegidos os auditores que têm uma formação académica mais elevada utilizam os seus conhecimentos com maior profundidade, na medida em que, têm de fazer um trabalho mais cuidado dada a maior probabilidade de litigância. Outra razão encontrada para suportar esta conclusão poderá eventualmente estar relacionada com a possibilidade do sistema de ensino ser diferente nos países com maior proteção do investidor.

As variáveis de controlo apresentam os mesmos sinais da primeira equação.

Tabela 6

Resultado da regressão que relaciona a litigância do país com as características do auditor e com a qualidade dos resultados

$$|DA|_{jt} = \alpha_0 + \alpha_1 PI_{jt} + \alpha_2 GxPI_{jt} + \alpha_3 ExPI_{jt} + \alpha_4 BIG4_{jt} + \alpha_5 LNTA_{jt} + \alpha_6 LOSS_{jt} + \alpha_7 CHGSALE_{jt} + \alpha_8 LEV_{jt} + \epsilon_{jt}$$

Variáveis	Predição	DA
Interceção		0.036832 (0.0213)**
<i>PI</i>	-	0.002782 (0.3961)
<i>GxPI</i>		0.003374 (0.0092)***
<i>ExPI</i>		-0.005481 (0.0516)*
<i>BIG4</i>	-	0.008663 (0.0000)***
<i>LNTA</i>	-	-0.005837 (0.0000)***
<i>LOSS</i>	+	0.012645 (0.5045)
<i>CHGSALE</i>	+	0.000255 (0.0037)***
<i>LEV</i>	±	-0.000667
N		2402
R ² ajustado		0.228309
F-value		0.00000***

*** significativo a um nível de 0.01; ** significativo a um nível de 0.05; * significativo a um nível de 0.10

5. Conclusões

Neste estudo o foco esteve relacionado com a análise da influência de duas das características do auditor, nomeadamente, o género e o grau académico na qualidade da auditoria e, conseqüentemente, na qualidade dos resultados. O raciocínio subjacente ao interesse em estudar as características do auditor prende-se ao facto de que quanto maior a qualidade da auditoria, maior a fiabilidade das demonstrações financeiras (DeFond & Zhang, 2014), como tal, é necessário estudar as características dos auditores para determinar a qualidade que os mesmos conferem às demonstrações financeiras. Sendo que, apesar de o auditor não ter influência direta nas demonstrações financeiras, tem influência indireta, na medida em que, pode aconselhar a gestão a produzir as suas demonstrações financeiras com mais transparência. A partir da junção destas duas características que refletem a *performance* dos auditores em relação à qualidade dos resultados, foi estudada a relação das mesmas com o nível de litigância praticado nos países nos quais as empresas clientes estão sediadas. A litigância referida no estudo está relacionada com a capacidade de um país proteger os seus investidores através da legislação em vigor nesse mesmo país. Para tal, foi utilizada uma amostra de 2402 observações que incluíam as empresas do índice Stoxx® Europe 600 para o período de 2012 a 2015.

Existem vários aspetos que são mais característicos de um género como, por exemplo, o facto de os auditores do sexo masculino serem mais influenciáveis pelos clientes (Gold *et al.*, 2009) ou o facto de as mulheres serem, por natureza, mais avessas ao risco (Jianakoplos & Bernasek, 1998). Por exemplo, o facto do sexo masculino se mostrar mais influenciável pode afetar o seu julgamento na realização da auditoria, pelo que o seu julgamento poderá não ser tão assertivo, afetando assim a qualidade da auditoria e, conseqüentemente, dos resultados. Sendo esperado que nas auditorias cujos responsáveis fossem do sexo feminino, a auditoria e, conseqüentemente, os resultados teriam mais qualidade (Ittonen *et al.*, 2013; Hardies *et al.*, 2016).

No presente estudo conclui-se que quanto ao género do auditor responsável não foi encontrada evidência de que esta característica influencie a *performance* do auditor nem a forma como este influencia a qualidade da auditoria e a qualidade dos resultados, ao contrário do que seria esperado. Como tal, é possível concluir que não se pode afirmar que quando a auditoria é dirigida por uma mulher a qualidade da auditoria é maior ou menor do

que uma auditoria cujo responsável é um homem, sendo que o género não poderá ser então um fator distintivo quando estamos a falar da qualidade da auditoria e dos resultados.

O grau académico do auditor é um fator importante quando analisamos as possíveis características dos indivíduos que possam influenciar a auditoria e os resultados, na medida em que, o nível de conhecimento pode medir-se através do grau académico, da quantidade de formações que vai fazendo ao longo da sua vida profissional e da sua experiência profissional (Che *et al.*, 2017), o que de facto poderá alterar a qualidade conferida nos resultados. É esperado que um auditor com o grau de mestre ou doutorado tenha mais conhecimento do que um que só tenha licenciatura, sendo que quanto mais específica for a formação em auditoria mais capacitado está o auditor para conferir uma maior qualidade aos resultados (Stabus, 2005).

No que diz respeito ao grau académico dos auditores foi possível concluir que é uma característica que claramente influencia o desempenho do auditor e, conseqüentemente, a qualidade da auditoria e dos resultados. Tal como esperado, quanto maior for o grau académico do auditor mais condições terá o mesmo de providenciar uma auditoria com mais qualidade e persuadir a gestão a ter nas demonstrações da empresa uma maior qualidade nos resultados apresentados.

No que diz respeito à temática relacionada com a litigância de países foi estudada a relação das duas características do auditor (género e habilitações académicas) com a tipologia de países definida por La Porta *et al.* (1998), nomeadamente, os países de direito civil de origem francesa, os países de direito civil de origem germânica, os países de direito civil de origem escandinava e os países de direito comum. Sendo que esta diferenciação entre os países está relacionada com a maior ou menor proteção do investidor praticada nos países. Esta variável foi incorporada no estudo, na medida em que, o género e as habilitações literárias poderiam ter uma influência mais significativa num tipo de países do que noutros. Nas conclusões retiradas sobre a possível influência que o género poderia ter no trabalho do auditor consoante a litigância exercida no mesmo, foi encontrada evidência de que o género não tem influência na *performance* do auditor quando estamos a falar de países cuja proteção do investidor é elevada. O que faz sentido, na medida em que, se o género não influencia de todo a performance do auditor então esta característica não iria ter mais ou menos influência consoante o tipo de litigância exercida no país.

No que diz respeito ao grau académico, foi possível concluir que esta característica tem uma influência ainda mais significativa quando os auditores estão a trabalhar em empresas cuja sede se situa num país onde a proteção do investidor é muito elevada. Na medida em que a formação académica dos auditores é mais valorizada e tem mais ênfase nesse tipo de países.

Uma das maiores dificuldades encontradas neste estudo foi o facto de não incluir as auditorias conjuntas, ou seja, as auditorias em que participavam homens e mulheres, na medida em que, não existem estudos em psicologia que digam qual é o género que se sobrepõe nestas condições. Uma sugestão para trabalhos futuros passará por estudar mais características do auditor ao mesmo tempo com o objetivo de observar qual delas influencia mais o desempenho do auditor e utilizar uma amostra de maior dimensão, nomeadamente, alargar a amostra a empresas familiares e não cotadas.

6. Bibliografia

- Anandarajan, A., Kleinman, G., & Palmon, D. 2008. Novice and expert judgment in the presence of going concern uncertainty: The influence of heuristic biases and other relevant factors. *Managerial Auditing Journal*, 23(4-5): 345–366.
- Ashton, A.H. 1989. *An Empirical Analysis of Expertise, Experience, and Error Frequency Knowledge in Auditing*. Working paper, Duke University.
- Ashton, A. H., & Brown P.R. 1980. Descriptive modeling of auditors' internal control judgments: replication and extension. *Journal of Accounting Research*, 18(1):269-277.
- Balsam, S., Krishnan, J., & Yang, J.S. 2003. Auditor industry specialization and earnings quality. *Auditing*, 22(2):71-97.
- Barsky, R. B., Juster, F. T., Kimbal, M. S., & Shapiro, M. D. 1997. Preference parameters and behavioral heterogeneity: an experimental approach in the health and retirement study. *Journal of Economics*, 112: 537 – 579.
- Barth, M., Cram, D., & Nelson, K. 2001. Accruals and the prediction of future cash flows. *The Accounting Review*, 76: 27-58.
- Bartov E., Gul F. A., Tsui J. 2000. Discretionary-accruals models and audit qualifications. *Journal of Accounting and Economics*, 30(3): 421–452.
- Becker, C., DeFond, M., Jiambalvo, J., & Subramanyam, K. 1998. The effect of audit quality on earnings management. *Contemporary Accounting Research*, 15(1): 1–24.
- Bedard, J. 1991. Expertise and its Relation to Audit Decision Quality', *Contemporary Accounting Research*, 8(1):198-222.
- Beidleman, C. R. 1973. Income Smoothing: The Role of Management. *The Accounting Review*, 48(4):653-667.
- Bernardi, R. A., & Arnold, D. F. 1997. An examination of moral development within public accounting by gender, staff level and firm. *Contemporary Accounting Research*, 14(4): 653–668.
- Beu, D. S., Buckley, M. R., & Harvey, M.G. 2003. Ethical decision-making: a multidimensional construct. *Business Ethics: A European Review*, 12: 88–107.
- Bigus, J. 2015. Loss Aversion, Audit Risk Judgments, and Auditor Liability. *European Accounting Review*, 24 (3): 581-606.

- Bonner, S.E., & Lewis, B.L.1990. Determinants of auditor expertise. *Journal of Accounting Research*, 28: 1–20.
- Bonner, S.E., Libby R., & Nelson, M.W. 1997. Audit category knowledge as a precondition to learning from experience. *Accounting, Organizations and Society*, 22(5): 387-410.
- Braun, K.W.2001.The Disposition of Audit-Detected Misstatements: An Examination of Risk and Reward Factors and Aggregation Effects. *Contemporary Accounting Research*, 18(1):71-99.
- Breesch, D., & Branson, J.2009. The effects of auditor gender on audit quality. *Journal of Accounting Research & Audit Practice*, 8 (3) : 78-107.
- Brooks, L. Z., Cheng, C. S. A., Johnston, J. A., & Reichelt, K. J. 2017. Estimates of Optimal Audit Firm Tenure Across Different Legal Regimes. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 32(1): 3-39.
- Byrnes, J.P., Miller, D.C., & Schafer, W.D.1999. Gender differences in risk taking: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 125(3):367-383.
- Callen, J.L., Robb, S.W.G., & Segal, D. 2004. Revenue manipulation and restatements by loss firms. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 4(1): 1-44.
- Cao, Y., Myers, L. A., & Omer, T.C. 2012. Does company reputation matter for financial reporting quality? Evidence from restatements. *Contemporary Accounting Research*, 29 (3): 956–990.
- Carcello, J., Neal, T. 2000. Audit committee composition and auditor reporting. *The Accounting Review*, 75(4):453-467.
- Che,L., Langli, J.C., & Svanström, T.2017. Education, experience, and audit effort. *Available at SSRN 2907990*.
- Chin,C., & Chi, H.2008. *Gender differences in audit quality*. Paper presented at American Accounting Association annual meeting.
- Choi, J., Kim, J., Qiu, A. & Zang, Y. 2007. Auditor locality, audit quality and audit pricing. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 29 (1): 73-97.
- Choi, J., & Wong, T.J.2005.Auditors’ Governance Functions and Legal Environments: An International Investigation. *Contemporary accounting research*, 24(1):13-35.
- Chung, R., Firth, M., & Kim, J.2003. Auditor conservatism and reported earnings. *Accounting and Business Research*, 33(1): 19-32.

- Cohen, J., Krishnamoorthy, G., & Wright, A. 2004. The corporate governance mosaic and financial reporting quality. *Journal of Accounting Literature*, 23: 87–152.
- Craswell, A. T., Francis, J.R., & Taylor S.L. 1995. Auditor brand name reputations and industry specializations. *Journal of Accounting and Economics*, 20(3): 297-322.
- DeAngelo.1981. Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3(3):183-199.
- Dechow, P. & Dichev, I. (2002). The quality of accruals and earnings: the role of accruals estimation errors. *The Accounting Review*, 77:35-59.
- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C.2010. Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2):344-401.
- Dechow, P., Sloan, G. & Sweeney, A. (1995). Detecting earnings management. *The Accounting Review*, 70 (2): 193-225.
- DeFond, M., & Jiambalvo, J.1994. Debt covenant violations and manipulations of accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 17 (1-2): 145-176.
- DeFond, M., & Zhang, J. 2014. A review of archival auditing research. *Journal of Accounting and Economics*, 58 (2): 275–326.
- Eckel, C. C., & Grossman, P.J.2002.Sex Differences and Statistical Stereotyping in Attitudes Toward Financial Risk. *Evolution and Human Behavior*, 23(4): 281-295.
- Ewert, R., & Wagenhofer, A.2011.Earnings quality metrics and what they measure. *Available at SSRN 1697042*.
- Francis, J.R., Khurana, I.K., & Pereira, R.2001. Investor protection laws, accounting and auditing around the world. *Available at SSRN 287652*.
- Francis, J. R., LaFond R., Olsson P.M., & Schipper, K.2004. Costs of Equity and Earnings Attributes. *The Accounting Review*, 79(4):967-1010.
- Francis, J. R., & Wang, D. 2008. The joint effect of investor protection and big 4 audits on earnings quality around the world. *Contemporary Accounting Research*, 25(1): 157-191
- Francis, J. R., & Yu, M.D.2009. Big 4 office size and audit quality. *The Accounting Review*. 84(5):1521-1552.

- Frederick, D.M., Heimanhoffman, V.B., & Libby R. 1994. The structure of auditors' knowledge of financial statement errors. *Auditing - A journal of practice & theory*, 13 (1): 1-21.
- Frederick, D. M., & Libby, R. 1986. Expertise and auditors' judgments of conjunctive events. *Journal of Accounting Research*, 24 (2): 270–290.
- Gaynor, L., Kelton, A., Mercer, M., & Teri, Y.2016.Understanding the relation between financial reporting quality and audit quality. *Auditing*, 35(4):1-22.
- Gibbins, M. & Trotman, K.T.2002.Audit review: managers' interpersonal expectations and conduct of the review. *Contemporary Accounting Research*, 19 (3): 411-444.
- Gold, A., Hunton, J., & Gomaa, M.2009.The impact of client and auditor gender on auditor's judgments. *Accounting Horizons*, 23(1): 1-18.
- Gul, F.A., Fung, S.Y.K., & Jaggi, B.2009. Earnings quality: Some evidence on the role of auditor tenure and auditors' industry expertise. *Journal of Accounting and Economics*, 47(3):265-287.
- Gul, F.A., Wu, D., & Yang, Z. 2013. Do individual auditors affect audit quality? Evidence from archival data. *The Accounting Review*, 88(6), 1993–2023.
- Hardies, K., Breesch, D., & Branson, J.2010. *Are female auditors still women? Analyzing the sex differences affecting audit quality*. Working paper, University of Antwerp and Vrije Universiteit Brussel.
- Hardies, K., Breesch, D., & Branson, J.2011.The Gendered Production of Audit Quality.*Available at SSRN 1741422*.
- Hardies, K., Breesch, D., & Branson, J.2016.Do (fe)male auditors impair audit quality? Evidence from going-concern opinions. *European Accounting Review*, 25(1):7-34.
- Healy, P., & Wahlen, J.1999. A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, 13(4): 365-383.
- Heyrani , F., Banimahd, B., & Roudposhti, F.R. 2016.Investigation of the effect of auditors' professionalism levels on their judgment to resolve the conflict between auditor and management .*Procedia Economics and Finance*, 36: 177-188.
- Hill, C.R., & Judge, G. 1987. Improved prediction in the presence of multicollinearity. *Journal of Econometrics*, 35(1):83-100.

- Huguet, D., & Gandia, J. L. 2016. Audit and earnings management in Spanish SMEs. *Business Research Quarterly*, 19(3): 171-187.
- Hung, M. 2001. Accounting standards and value relevance of financial statements: An international analysis. *Journal of Accounting and Economics*, 30: 401–420.
- Ittonen, K., Peni, E., & Vähämaa, S. 2013. Female auditors and accruals quality. *Accounting Horizons*, 27 (2):205-228.
- Jaggi, B., Mitra, S., & Hossain, M. 2015. Earnings quality, internal control weaknesses and industry-specialist audits. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 45(1):1-32.
- Jelinek, K. 2007. The effect of leverage increases on earnings management. *Journal of Business & Economic Studies*, 13(2): 24-26.
- Jianakoplos, N. A. & Bernasek, A. 1998. Are women more risk averse? *Economic Inquiry*, 36(4): 620–630.
- Jiraporn, P., Miller, G. A., Yoon, S.S., & Kim, Y.S. 2007. Is earnings management opportunistic or beneficial? An agency theory perspective. *International Review of Financial Analysis*, 17: 622-634.
- Jones, J. J. 1991. Earnings management during import relief investigation. *Journal of Accounting Research*, 29 (2): 193–228.
- Kabir, M. H. 2010. Positive accounting theory and science. *Journal of CENTRUM Cathedra*, 3 (2): 14-136.
- Kennedy, J. & Peecher, M.E. 1997. Judging auditors' technical knowledge. *Journal of Accounting Research*, 35 (2): 279-94.
- Kim, B., Song, B., & Tsui J. 2007. *Auditor quality, tenure, and bank loan pricing*. Working paper, City University of Hong Kong.
- Kinney, W.R. Jr., & Martin, R.D. 1994. Does Auditing Reduce Bias in Financial Reporting? A Review of Audit-Related Adjustment Studies. *Journal of Practice & Theory*, 13(1): 149-156.
- Kleinman, G., Lin, B. B., & Palmon, D. 2013. Audit quality: A cross-national comparison of audit regulatory regimes. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 29(1):61-87.
- Knechel, R.W. 2000. Behavioral research in auditing and its impact on audit education, issues in accounting education. *Issues in Accounting Education*, 15(4): 695–712

- Knechel, R. W., Niemi, L., & Zerni, M. 2013. Empirical evidence on the implicit determinants of compensation in Big 4 audit partnerships. *Journal of Accounting Research*, 51 (2): 349–387.
- Kothari, S.P., Leone, A., & Wasley, C. 2005. Performance matched discretionary accrual measures. *Journal of Accounting and Economics*, 39: 163–197.
- Kothari, S.P., Lys, T.Z., Smith, C.W., & Watts, R.L., 1988. Auditor liability and information disclosure. *Journal of Accounting, Auditing and Finance*, 3(4): 307-339.
- Krishnan, G.V., & Parsons, L.M.2008. Getting to the bottom line: an exploration of gender and earnings quality. *Journal of Business Ethics*, 78(1/2):65-76.
- La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., Shleifer, A., & Vishny, R. 1998. Law and finance. *Journal of Political Economy*, 106(6): 1113–1155.
- Lara, J.M.G., Osma B. C., & Mora, A.2005.The effect of earnings management on the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Business Finance and Accounting*, 32(3): 691-726.
- Lawrence, J. E., & Shaub, M. K. 1997. The ethical construction of auditors: An examination of the effects of gender and career level. *Managerial Finance*, 23(12): 52-68.
- Lenard, M.J., & Yu, B.2013. Real Earnings Management: An International Comparison Based on Differences in Investor Protection. *Available at SSRN 2201327*.
- Leuz, C., Nanda, D., & Wysocki, P. D.2003. Earnings management and investor protection: an international comparison. *Journal of Financial Economics*, 69 (3): 505–527.
- Li, S.F.2010.Determinants of management’s preferences for an earnings threshold. *Review of Accounting and Finance*, 9 (1):33-49.
- Li, W & Shi, D.2012.Audit quality, audit fees and audit gender. *International Conference on Information Management, Innovation Management and Industrial Engineering (ICIII)*, 3: 340-343.
- Maijoor, S., & Vanstraelen, A. 2006. Earnings management within Europe: the effects of member state audit environment, audit firm quality and international capital markets. *Accounting and Business Research*, 36(1): 33–52.
- Marchant, G.1990.Discussion of determinants of auditor expertise. *Journal of Accounting Research*, 28:21-28.

- Monroe, G.S., & Woodliff, G.R. 1993. The effect of education on the audit expectation gap, *Accounting & Finance*, 33 (1): 61-78.
- Montenegro, T. M., & Brás, F. A.2015.Audit quality: Does gender composition of audit firms matter?. *Spanish Journal of Finance & Accounting*, 44(3):264-297
- Morris, T., & Empson, L.1998. Organization and expertise: An exploration of knowledge bases and the management of accounting and consulting firms. *Accounting, Organizations and Society*, 23(5-6): 609-624.
- Nabar, S., & Boonlert-U-Thai, K.K. 2007. Earnings management, investor protection, and national culture. *Journal of International Accounting Research*, 6 (2): 35-54.
- Nelson, M.W., & Tan, H. 2005. Judgment and decision making research in auditing: A task, person, and interpersonal interaction perspective. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 24: 41- 71.
- Niskanen, J., Karjalainen, J., Niskanen, M., & Karjalainen, J.2011. *Managerial Auditing Journal*, 26(9): 778-793.
- O'Fallon, M. J., & Butterfield, K. D.2005. A Review of the Empirical Ethical Decision-Making Literature: 1996-2003. *Journal of Business Ethics*, 59(4): 375-414.
- Penner, A. M. and Paret, M.2008. Gender Differences in Mathematics Achievement: Exploring the Early Grades and the Extremes. *Social Science Research*, 37(1): 239-253.
- Persakis, A., & Iatridis, G. E.2016.Audit quality, investor protection and earnings management during the financial crisis of 2008: An international perspective. *Journal of International Financial Markets, Institutions and Money*, 41:73-101.
- Piot, C., & Janin, R. 2005. Audit Quality and Earnings Management in France. *Available at SSRN 830484*.
- Piot, C., & Janin, R.2007. External auditors, audit committees and earnings management in France. *European Accounting Review*, 16 (2): 429-454.
- Reichelt, K. J., & Wang, D.2010. National and office-specific measures of auditor industry expertise and effects on audit quality. *Journal of Accounting Research*, 48 (3): 647-686.
- Richardson, S., Sloan, R.G., Soliman, M., & Tuna, I.2001.Information in Accruals about the Quality of Earnings. *Available at SSRN 278308*.
- Shleifer, A., & Vishny. R.W. 1997. A survey of corporate governance. *The Journal of Finance*, 52:737-783.

- Simunic, D.A., Ye, M., & Zhang, P.2015.The Joint Effects of Multiple Legal System Characteristics on Auditing Standards and Auditor Behavior. *Contemporary Accounting Research*, 34 (1): 7-32.
- Sprinkle, G, B., & Tubbs, R.M. 1998. The effect of audit risk and information importance on auditor memory during working paper review. *The Accounting Review*, 73 (4): 475-502.
- Stabus, G.J.2005. Ethics failures in corporate financial reporting. *Journal of Business Ethics*, 57(1):5–15.
- Tackett, J., Wolf, F., & Claypool, G. 2004. Sarbanes–Oxley and audit failure: A critical examination. *Managerial Auditing Journal*, 19(3): 340–350.
- Watts, R., & Zimmerman, J. 1990. Positive accounting theory: a ten-year perspective. *The Accounting Review*, 65(1): 131–156.
- Ye, Kangtao., Cheng, Yingli., & Gao, Jingyu.2014.How individual auditor characteristics impact the likelihood of audit failure: Evidence from China. *Advances in Accounting*, 30(2):394-401.
- Young, S.1999. Systematic measurement error in the estimation of discretionary accruals: an evaluation of alternative modelling procedures. *Journal of Business Finance and Accounting*, 26 (7/8): 833–862.